

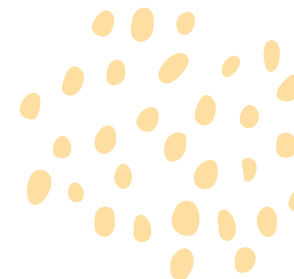
PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO NO MUNICÍPIO

OS PRIMEIROS PASSOS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA Educação



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

www.primeirainfanciaprimeiro.org.br



índice

Educação Infantil	6		
Os 6 passos do acesso à educação infantil	9	Oito etapas para a construção da qualidade	31
1º) Apurar a necessidade	11	1º) Familiarizar-se com as principais concepções da educação infantil	33
2º) Entender a distribuição das necessidades	15	2º) Averiguar a proposta curricular do município	37
3º) Avaliar a infraestrutura	18	3º) Formar uma equipe do nível central	39
4º) Mapear entidades sem fins lucrativos	21	4º) Analisar infraestrutura e ambientes	41
5º) Buscar financiamento	23	5º) Organizar o trabalho pedagógico	51
6º) Adequar o quadro profissional	27	6º) Promover a avaliação do desenvolvimento das crianças	55
		7º) Organizar a gestão das unidades	57
		8º) Planejar com cuidado as transições	59





Educação Infantil

Como garantir o direito das crianças à creche e à pré-escola de qualidade

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e está dividida entre creche (para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses) e pré-escola (dos 4 anos aos 5 anos e 11 meses). Seu objetivo, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é o desenvolvimento integral das crianças em todos os aspectos: físico, cognitivo, emocional e social.

Até alguns anos atrás, considerava-se que a principal função desta etapa era oferecer às famílias um lugar seguro para deixar as crianças enquanto os pais ou cuidadores trabalhavam. Havia ainda o motivo adicional de complementar os cuidados básicos de crianças da parcela mais vulnerável da população. Estes motivos ainda existem, e até ganharam importância pela persistência da pobreza, pelo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e pelo crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres sem companheiros (IBGE, 2010).

Hoje, porém, há um amplo consenso, baseado em descobertas científicas, de que a educação infantil tem uma função ainda mais crucial: construir uma base sólida e abrangente que prepare as crianças para a aprendizagem ao longo de toda a vida. Uma boa educação infantil está associada a maiores níveis de sucesso acadêmico e profissional e à redução de desigualdades sociais.

Faz todo sentido, portanto, que os municípios tenham a obrigação legal de oferecer vagas para creche e pré-escola em suas redes de ensino – determinada tanto pela Constituição Federal como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com o



Plano Nacional da Educação (PNE), a lei que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no país, os municípios precisam oferecer vagas em creches para, no mínimo, 50% das crianças na faixa etária correspondente. Quanto à pré-escola, desde 2013, ela é obrigatória para todas as crianças dos 4 anos aos 5 anos e 11 meses.

A oferta de vagas na educação infantil se mostra relevante ainda para ampliar o acesso a outros serviços prestados pelas prefeituras, como a atenção à saúde e a assistência social – pois, uma vez que as crianças estejam matriculadas, torna-se mais fácil incluí-las em programas de saúde (como tratamentos dentários e vacinação, por exemplo), e suas famílias são mais facilmente acompanhadas pelos programas de transferência de renda e segurança alimentar.

Neste sentido, a articulação das políticas do município pautadas pelo reconhecimento do direito à educação infantil passou a constituir-se como um elemento-chave para alavancar os indicadores de desenvolvimento humano do território.

Por isso, é tão importante que uma gestão municipal comprometida com o bem-estar da sua população planeje e defina políticas que permitam não só ampliar a oferta como também investir em qualificação do atendimento à primeira infância.

Neste guia, oferecemos algumas orientações para apoiá-lo com as principais questões da oferta e qualidade de educação infantil. Ele está dividido em duas partes: a ampliação do acesso (tanto à creche como à pré-escola) e a qualidade do atendimento.

Longe de apenas apresentar uma receita a ser seguida de forma rígida, este material pretende detalhar pontos essenciais de maneira acessível, objetiva e prática para fundamentar as decisões da prefeitura.

Vamos a elas.



O QUE CONSULTAR

Alguns documentos para balizar as decisões do prefeito

[1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#)

[2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil](#)

[3. Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#)

[4. Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\)](#)

[5. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil](#)

[6. Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil – Apoiando contextos de interações, brincadeiras e linguagens promotores das aprendizagens e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos](#)



Os 6 passos do acesso à educação infantil

Os objetivos são claros: aumentar a oferta de vagas em creche com qualidade (para crianças até 3 anos e 11 meses) e garantir a universalização e qualificação do atendimento na pré-escola (para crianças de 4 anos até 5 anos e 11 meses).

Há diversos modos de fazer isso. De alguma forma, porém, todos eles terão que considerar os seis pontos que apresentamos neste roteiro:

O que apresentamos a seguir é um material orientador construído a partir de experiências práticas e de um conjunto de referências que poderão ajudar a gestão municipal a ampliar a oferta de vagas na educação infantil.



Apurar a necessidade da população por vagas em creches e pré-escolas



Entender a distribuição das necessidades por vagas



Avaliar a infraestrutura



Mapear entidades sem fins lucrativos



Buscar financiamento



Adequar o quadro profissional



Apurar a necessidade

Para assegurar o direito à educação das crianças do município, primeiro é preciso entender qual é a real necessidade da população. No caso da creche, é preciso realizar um levantamento detalhado e atualizado da demanda por vagas. Só a partir desse levantamento é possível compatibilizar as vagas disponíveis com a demanda por matrículas, bairro a bairro.

A fase da pré-escola, por sua vez, é obrigatória. No entanto, não é suficiente oferecer um número de vagas que dê conta de todas as crianças. Cabe ao município assegurar que todas elas estejam de fato matriculadas e frequentando a pré-escola. Para tanto, é preciso que se faça a busca ativa: uma ação voltada a identificar crianças que não estejam matriculadas na pré-escola ou que sejam infrequentes.

Tanto na creche quanto na pré-escola há diversas razões para uma criança não estar matriculada. Muitas vezes, a causa de fundo é a vulnerabilidade social de sua família. Isso só realça a importância da matrícula, uma vez que as crianças na pré-escola poderão ter acesso, além da educação, às políticas de saúde e assistência social (e, através delas, pode-se atingir as famílias não só com essas políticas, mas também com outras, como programas de trabalho e renda). Neste contexto, a implementação da busca ativa deve ser realizada em parceria com todos os serviços e órgãos que possam apoiar a busca por crianças fora da escola e sua subsequente matrícula em estabelecimentos de ensino da cidade.

GUIA DE AÇÕES

CRECHE

i) iniciar o mapeamento do tamanho do desafio.

A discussão começa com as seguintes perguntas:

- Qual é a demanda por vagas de creche em todo o município e por bairro?
- Quantas vagas já existem no município e por bairro? Elas são em período integral ou parcial? ¹

PRÉ-ESCOLA

i) Iniciar o mapeamento do tamanho do desafio.

No caso da pré-escola, as perguntas são:

- Quantas crianças de 4 e 5 anos há no município?
- Quantas estão matriculadas em estabelecimentos de ensino?
- Há evasão de crianças nesta faixa etária?
- Qual a taxa de frequência à escola das crianças de 4 e 5 anos? ¹

[1] Parte dessas respostas pode ser encontrada na plataforma Primeira Infância Primeiro no Município, disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br>



CRECHE

PRÉ-ESCOLA

ii) Fazer um levantamento atualizado de crianças fora da creche. Levar em conta se o município tem fluxo migratório intenso e se há alta taxa de natalidade.

ii) Aprofundar o levantamento para identificar quais crianças estão fora da escola e por quais razões. Isso pode ser feito por meio da criação de um grupo de trabalho com representantes das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, incumbidos de apresentar os dados de crianças que sejam infrequentes ou tenham evadido, por território. O cruzamento de informações permitirá identificar as famílias que precisam de mais atenção.

iii) Lançar uma campanha de comunicação pelos meios tradicionais e pela mobilização de lideranças comunitárias nos bairros para entender o interesse por vagas em creches. É importante frisar que a ampliação da oferta de vagas será feita com base nessas informações. Pode-se estabelecer um prazo para que as famílias interessadas façam um cadastro com informações como nome da criança, filiação, idade, endereço e se já fez inscrição em unidade escolar. Além disso, podem ser coletados dados relevantes para a saúde e assistência, como situação da carteira de vacinação, renda familiar, se tem inscrição no Cadastro Único e se os pais trabalham.

iii) Criar uma campanha de comunicação de forma que a população possa conhecer a iniciativa e contribuir com a identificação de crianças que estejam fora da pré-escola.



CRECHE

PRÉ-ESCOLA

iv) Unificar os dados que a Secretaria de Educação já possui com a apuração do interesse das famílias (muitas das quais podem não ter procurado os estabelecimentos de ensino por saberem de antemão que não havia vagas).

iv) Realizar uma ação conjunta entre as secretarias de Educação e de Assistência Social para visitação às famílias identificadas pelo cruzamento de dados. A missão da busca ativa é combater as vulnerabilidades. É essencial assegurar às equipes a estrutura necessária que lhes permitam fazer seu trabalho

v) Divulgar as conclusões do levantamento para toda a população, como forma de controle social, lembrando que esses dados guiarão o planejamento para construção de novas unidades escolares, além da celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos para a oferta de vagas.

v) Em caso de evasão, promover a rematrícula da criança e constituir uma rede de proteção que assegure sua frequência à educação infantil. É importante destacar que a manutenção dessa criança na escola está relacionada à criação de condições favoráveis à reorganização do seu núcleo familiar, pelo seu acesso às políticas de trabalho, renda, saúde e assistência social, entre outros.

vi) Manter encontros regulares entre os membros do grupo de trabalho para monitoramento e avaliação das ações realizadas.



2



Entender a distribuição da necessidade por vagas

Os municípios, mesmo os menores, apresentam diferenças significativas entre bairros e regiões. Além disso, eles podem sofrer mudanças, como, por exemplo, a instalação de uma fábrica ou a remoção de famílias de uma área de risco, que afetam a distribuição populacional e, conseqüentemente, a demanda por creches e pré-escolas em determinadas áreas.

Além disso, não é a escola, mas a quantidade de turmas, a unidade mais precisa para análise da demanda por vagas. Neste sentido, é preciso avaliar se há unidades escolares com turmas superlotadas ou, ao contrário, com turmas esvaziadas ou com salas vazias.

GUIA DE AÇÕES

i) Mapear o número de vagas por bairro, considerando uma estimativa de demanda para o futuro próximo. Para isso, é necessário levar em conta se o município tem fluxo migratório intenso, se há programa habitacional previsto, se haverá remoção de famílias de áreas irregulares, em que bairros a taxa de natalidade é maior, qual a taxa de mortalidade infantil, se há previsão de instalação de empresas de médio ou grande porte no município ou região. Dada a crise desencadeada pela pandemia de Covid-19 em 2020, será necessário levar em conta também o número de creches privadas que fecharam e o número de famílias que não terão mais condições de pagar creches particulares. Todas essas informações podem impactar a demanda local por creches ou pré-escolas – e só podem ser obtidas com a colaboração ativa de diversas pastas, como a de Saúde, de Assistência Social, de Habitação e de Planejamento.

ii) Verificar a disponibilidade das famílias em colocar seus filhos em unidades escolares de bairros próximos que tenham vagas ociosas, caso não tenham obtido matrícula no seu bairro. Esta informação poderá ajudar na reorganização da rede sem que seja necessária a construção de prédios.

iii) Levantar a relação de crianças/professor nas turmas de cada unidade da educação infantil. Este é um dado de suma importância, já que a função da educação infantil é promover o desenvolvimento integral, e isso requer que o professor possa atuar de forma individualizada, com intencionalidade pedagógica. As turmas devem ter, portanto, o tamanho adequado para que o adulto possa dispensar a atenção necessária a cada criança. O número de crianças deve estar de acordo também com o tamanho da sala.



A recomendação nacional é:

- » até 1 ano de idade: cinco crianças por adulto;
- » de 1 a 2 anos: oito crianças por adulto;
- » de 2 a 3 anos: 13 crianças por adulto;
- » de 3 a 4 anos: 15 crianças por adulto;
- » de 4 e 5 anos: 25 crianças por adulto.

iv) Equilibrar os números. O levantamento apontado no item anterior pode indicar que o número de crianças por turma seja semelhante em todas as escolas, porém, acima do desejável. Neste caso, poderá ser necessário construir mais unidades escolares. Outra possibilidade é haver escolas com capacidade ociosa, que devem receber crianças das escolas superlotadas.

vi) Definir se as crianças serão atendidas em regime integral ou parcial (especialmente nas creches). Para tanto, no levantamento das necessidades da população, é preciso entender o perfil das famílias (por exemplo, se os responsáveis trabalham em tempo integral); quanto da demanda por creches se poderia atender com vagas em período integral e quanto com vagas em período parcial; qual o impacto na contratação de profissionais nos dois contextos; se os espaços projetados são suficientes para atendimento em período integral. Isso pode ser feito com o apoio de um plano de comunicação que, além de extrair essas informações das famílias, sirva para estabelecer, por um critério de equidade, quais delas serão assistidas inicialmente com a oferta de novas vagas nas creches (caso não haja vagas suficientes para todos).

Para esta definição, recomenda-se a criação de critérios claros que sejam comunicados a toda a comunidade e que, preferencialmente, levem em consideração a situação socioeconômica das famílias para a priorização.²



3

Avaliar a infraestrutura

Uma vez estabelecida a demanda, total e por áreas, é preciso cotejá-la com a infraestrutura disponível para a implementação da educação infantil. Isso inclui o planejamento de novos prédios e também a adequação dos existentes.



GUIA DE AÇÕES

Ampliação

- i) Identificar os bairros com maior proporção de crianças por professor.
- ii) Fazer o levantamento das unidades escolares que poderiam ser ampliadas e das que demandam obras para finalização.
- iii) Listar as escolas do ensino fundamental com capacidade ociosa e elaborar o projeto arquitetônico para adaptá-las às necessidades das crianças menores.
- iv) Mapear as áreas de propriedade do município ou passíveis de desapropriação ou compra que estejam adequadas à construção de escolas.
- v) Reunir o conjunto das secretarias municipais, bem como suas equipes técnicas, para que possam apresentar os programas e projetos a serem desenvolvidos no conjunto da cidade e em cada bairro; articular esses programas com a demanda por vagas na educação infantil; e promover o mapeamento de áreas para a construção de novas unidades escolares, quando for o caso.
- vi) Participar de reuniões de consórcio de municípios e/ou de câmaras técnicas para manter-se a par das ações propostas e implementadas no nível estadual.



Adequação da infraestrutura

- i) Elaborar um *checklist* das condições mínimas a serem asseguradas nas escolas de educação infantil. A Secretaria de Educação deve prepará-lo com base nos marcos legais sobre o assunto.³
- ii) Formar uma equipe de engenharia para vistoriar as escolas, com a devida responsabilidade técnica.
- iii) Avaliar os resultados da vistoria.
- iv) Averiguar a disponibilidade orçamentária para realizar a adequação e/ou manutenção das unidades escolares.
- v) Planejar a manutenção das unidades, incluindo o processo de regularização e emissão do termo de autorização de funcionamento de uma escola. Essa autorização depende do cumprimento de uma série de condições, incluindo o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. Como, em geral, este processo demanda recursos significativos da municipalidade, é recomendável estabelecer no início da gestão um cronograma para esta manutenção ao longo dos quatro anos de mandato, incluindo-a nas leis orçamentárias.

[3] É essencial consultar os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.



Mapear entidades sem fins lucrativos

Quando as necessidades de adequação das escolas envolvem obras ou construção de prédios, fica claro que os custos podem se tornar altos. No caso das creches, há uma alternativa à expansão apenas pela rede direta: o estabelecimento de parcerias com entidades sem fins lucrativos que já realizem o atendimento educacional de crianças nesta faixa etária, que estejam devidamente credenciadas pela Secretaria Municipal de Educação e/ou órgãos correlatos e que possuam capacidade e disponibilidade de ampliar o seu atendimento.

A maior preocupação em relação às parcerias é a garantia da qualidade. Na rede direta, o gestor tem mais controle sobre recursos humanos e materiais, bem como sobre o atendimento prestado. Para que isso ocorra na rede parceira, há que se criarem mecanismos de credenciamento e supervisão capazes de assegurar que as crianças e famílias estão acessando um serviço tão bom ou melhor que nas unidades diretas.

GUIA DE AÇÕES

- i) Realizar um edital de chamamento de organizações sem fins lucrativos sediadas no território que tenham interesse em constituir a rede indireta de educação para atendimento das crianças de 0 a 3 anos que se encontram em fila de espera das escolas da rede direta. É fundamental que o edital explique as razões da iniciativa, condições para a participação, responsabilidades das partes e outras informações importantes, como o valor estimado do repasse por criança atendida. Ele deve ser publicado em mídias de grande incidência na região, além de comunicado a lideranças locais, outras secretarias que já tenham parcerias com entidades do Terceiro Setor e representantes do Poder Legislativo, atribuindo um caráter republicano à iniciativa. Pode-se também acionar o Conselho da Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pela emissão da certificação das organizações sem fins lucrativos, para realizar o convite àquelas que possam estar alinhadas aos objetivos do chamamento.
- ii) Comunicar o Conselho Municipal de Educação da proposta, o que possibilitará que o órgão se organize para acompanhar, autorizar e aferir a qualidade do atendimento dessas organizações.
- iii) Realizar um estudo sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que estabelece normas jurídico-administrativas para os ajustes celebrados entre o Poder Público e as entidades civis sem fins lucrativos no campo das políticas sociais.



Buscar financiamento

Para realizar qualquer projeto, seja de ampliação ou adequação da oferta de vagas na educação infantil, em geral será necessário o aporte de recursos financeiros. Portanto, é preciso entender quais são os recursos disponíveis e **saldos remanescentes**, onde estão as possíveis fontes de apoio e o que se pode fazer para usá-los de maneira eficiente. Esta medida será fundamental para montar o orçamento do município (PPA, LDO, LOA*).

* Plano Plurianual do município, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual

DE ONDE VÊM OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

- a) Impostos: IPTU, ISS, Fundo de Participação dos Municípios, ITBI (taxa de transmissão de imóveis), parte do ICMS, parte do ITR (Imposto Territorial Rural), parte do IPVA, parte do IPI, parte do IOF Ouro (Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro) e o imposto de renda dos servidores públicos.⁴ Os estados e os municípios, além do Distrito Federal, que não atingirem o mínimo de investimento por aluno definido pelo governo federal recebem complementação da União, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é alimentado por estes mesmos impostos – sua função é equilibrar as receitas mínimas de educação por aluno no país todo.
- b) Salário Educação: uma contribuição social definida pela Constituição para financiar programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica distribui 90% da arrecadação líquida. Dois terços do total vão para estados e municípios, distribuídos mensalmente de forma proporcional ao número de matrículas.⁵

GUIA DE AÇÕES

- i) Apurar as receitas e despesas do orçamento da Secretaria de Educação.
- ii) Considerar os empenhos em restos a pagar.
- iii) Analisar a situação da prestação de contas dos recursos passados. Isso é feito pelos responsáveis pelos controles interno e externo (neste caso, vinculados ao órgão que realizou o repasse). É uma etapa crucial, uma vez que as prestações de conta não aprovadas ou não entregues levam à suspensão de novos repasses.

[4] [Fonte](#), acessado em 30/10/2020

[5] [Fonte](#), acessada em 30/10/2020



- iv) Avaliar os contratos firmados pela Secretaria de Educação.
- v) Verificar se todas as crianças matriculadas na rede estão inseridas no censo escolar informado ao Inep no ano anterior. Isto é fundamental porque os repasses automáticos aos municípios, como o Fundeb, são calculados a partir do número de matrículas do ano anterior.
- vi) Projetar o ingresso de recursos vinculados à Secretaria de Educação nos próximos quatro anos. Lembrar que, caso haja a criação de novas vagas na creche e na pré-escola, a mudança no censo escolar levará a um repasse maior no ano seguinte. Se houver vagas ociosas em algumas escolas, que permitam reduzir o número de crianças por turma e/ou passá-las para período integral, também haverá aumento de recursos do Fundeb (mas neste caso será necessário realizar um estudo que aponte o equilíbrio entre as novas receitas e a ampliação do investimento graças à modificação no atendimento).
- vii) Verificar se existem programas ou iniciativas estaduais e federais de fomento à construção de unidades para a educação infantil e como fazer para incluir o município neles. Para tanto, um caminho é mobilizar os deputados da região eleitos para a Assembleia Legislativa ou para a Câmara Federal, que podem investigar se há emendas parlamentares com esta finalidade.
- viii) Reunir a equipe da Secretaria de Educação e os setores responsáveis pelas finanças e pessoal do município para criar um grupo de trabalho capaz de analisar o investimento em educação. Neste grupo podem-se buscar alternativas que permitam reduzir as despesas na implementação das ações de aumento da oferta de vagas na educação infantil (*leia ao lado o texto sobre esforço intersetorial*).
- ix) Projetar os investimentos (despesas) da educação nos próximos quatro anos e construir as peças orçamentárias que definirão os recursos destinados à ampliação ou adequação de vagas nas creches e pré-escolas (*consulte o guia Gestão e Orçamento desta coletânea*).

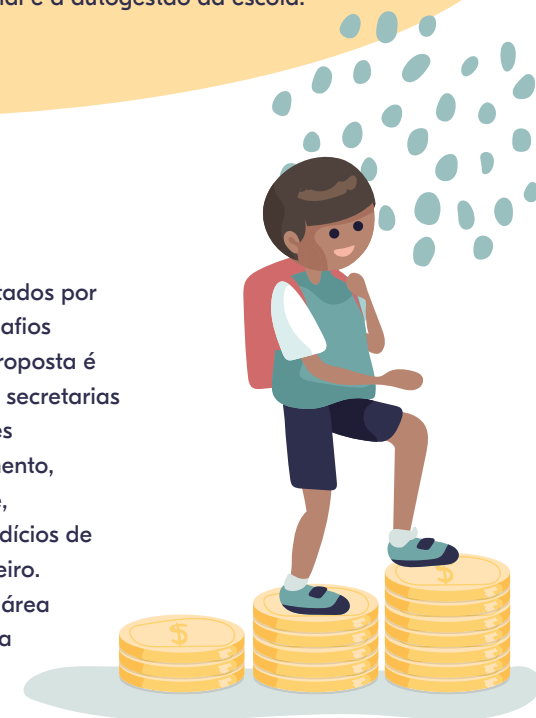
OUTRAS FONTES DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO:

- + PNAE: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se destina a todas as etapas da educação básica pública. Estados, municípios e escolas federais recebem dez parcelas (de fevereiro a novembro) de ajuda para suplementar os gastos com alimentação durante 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.
- + PNATE: O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar transfere recursos para pagar os gastos de transporte na educação básica pública.
- + PDDE: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) auxilia na manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades. Também tem por objetivo fortalecer a participação social e a autogestão da escola.

UM ESFORÇO INTERSETORIAL

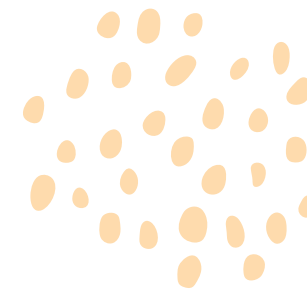
Em cenários de crise, muitas vezes enfrentados por municípios brasileiros, como conjugar desafios crescentes e receitas minguantes? Uma proposta é apostar na colaboração entre as diversas secretarias do município, de forma intersetorial. Ações conjuntas integram e articulam o atendimento, reduzindo as brechas para o retrabalho e, consequentemente, diminuindo os desperdícios de recursos — tanto de tempo como de dinheiro.

Verifique se isso já vem sendo feito na área de educação, em geral coordenada com a saúde e a assistência social.





6



GUIA DE AÇÕES

i) Prever o quadro de funcionários necessários para a expansão do atendimento, levando em conta a quantidade de vagas a serem criadas, por faixa etária; o total de turmas a serem formadas; os períodos de atendimento (integral ou parcial), por unidade educativa; a carga horária semanal dos professores que atuam na educação infantil, estabelecida pela legislação municipal. Para este cálculo, é recomendada ainda a elaboração de um módulo de profissionais para cada faixa etária, com os parâmetros de quantos funcionários são exigidos para cada tipo de atendimento (creche em período integral, creche em período parcial e assim por diante).

ii) Realizar um estudo de impacto da contratação dos novos profissionais sobre a folha de pagamento da Secretaria de Educação. Este estudo poderá indicar a ausência de dotação orçamentária para viabilizar as contratações ou a proximidade de extrapolar o limite prudencial de despesas de pessoal, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesses casos será fundamental realizar um levantamento da situação funcional dos servidores da municipalidade para apurar a possibilidade de um redimensionamento do quadro que viabilize esse atendimento. É importante notar que a análise do custo das contratações e do redimensionamento do quadro funcional é essencial para viabilizar a abertura de novas vagas.

Adequar o quadro profissional

O cuidado com a primeira infância tem suas especificidades ligadas à necessidade de promover um desenvolvimento pleno das crianças. Por esta razão, em paralelo à construção ou ampliação de unidades educativas, é preciso considerar a contratação ou o remanejamento dos profissionais. No caso de contratação, devem-se respeitar as exigências legais, como os requisitos mínimos de graduação no ensino superior, no curso de pedagogia ou normal superior, ou no ensino médio, na modalidade magistério.



Para saber mais

TEMA	REFERÊNCIAS	SUGESTÃO DE INSTRUMENTOS
Sobre a importância da Educação Infantil	Programa Prioridade Absoluta Territórios do brincar Qualificar a educação infantil	
Referência de insumos para o atendimento à educação infantil	Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil	
Levantamento de fila de espera de crianças de 0 a 3 anos de idade	Recomendações para ampliar a oferta de creche para crianças de 0 a 3 anos Indicadores de atendimento da educação infantil e Índice de Necessidade de Creche: Primeira Infância Primeiro no município Observatório do PNE Investir na primeira infância faz a diferença Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2019	Ferramenta de escolas e matrículas
Busca ativa – a questão do direito	Garantir pré-escola a todas as crianças de 4 e 5 anos A Busca Ativa Escolar em tempo de coronavírus Por que é preciso promover a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola?	Busca Ativa Escolar – Unicef



TEMA	REFERÊNCIAS	SUGESTÃO DE INSTRUMENTOS
Diagnóstico intersetorial (saúde, habitação, trabalho e renda, assistência e educação)	Intersectorialidade na educação integral Direito à educação infantil e intersectorialidade	
Mapeamento das entidades do território	Como envolver parceiros da comunidade em projetos de educação integral? Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
Infraestrutura	Padrão de infraestrutura para instituições de educação infantil Proinfância e modelos de edificações LSE - Levantamento da Situação Escolar	
Financiamento	Novo Fundeb aprovado! E agora? Regulamentação! Novo Fundeb: vitória histórica e Lei de Regulamentação	Infraestrutura dos Prédios
Dimensionamento do quadro de profissionais	Os Recursos da Educação Municipal e o Desafio da Valorização Profissional	Levantamento de profissionais
Regime de atendimento	O que é Educação Integral? Escola em tempo integral: entenda os benefícios	



Oito etapas para a construção da qualidade

Oferecer vagas nas unidades de educação infantil é crucial, mas não é tudo. É preciso também garantir que as atividades pedagógicas ali exercidas sejam de uma qualidade tal que de fato garantam as aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças.

Cabe aos gestores municipais serem a referência da rede de educação infantil, demonstrando conhecimento e segurança sobre a legislação e os principais documentos norteadores do tema. Esses conhecimentos transitam por diferentes áreas, como avaliação da infraestrutura, gestão das unidades, questões da prática pedagógica, investimento na formação contínua dos profissionais e várias outras.

A seguir, apresentamos algumas recomendações que podem ajudar no processo de assegurar a qualidade da educação infantil.





1

Familiarizar-se com as principais concepções da educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e sua finalidade é o “desenvolvimento integral das crianças”, como expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96). Para compreender este conceito é preciso entender como a criança é entendida nos documentos da área, pois esta concepção orienta a prática pedagógica na educação infantil.



O principal ponto é que a criança é considerada agente e protagonista de todas as relações que estabelece, incluindo o seu próprio processo de aprendizagem. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação infantil, ela é:

- sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O mesmo documento aponta que os eixos do trabalho pedagógico são as interações e as brincadeiras, características fundamentais que devem permear todas as propostas pedagógicas.

Se todas as interações e relações contam para o desenvolvimento da criança, é essencial que haja uma intencionalidade pedagógica – um propósito em todas as ações que a envolvam. Esta dimensão pode provocar significativos avanços e ampliação dos potenciais de cada criança: ela se desenvolve em todos os momentos. A prática pedagógica acontece nas interações. Para tanto, o trabalho realizado na educação infantil tem de ser intencional e planejado.

Esta compreensão é recente. Durante muito tempo, as creches foram vistas apenas como um local seguro para deixar as crianças enquanto suas mães trabalhavam (em uma perspectiva assistencialista) e as pré-escolas, como preparatórias para a alfabetização (*sobre esta questão, leia quadro mais adiante*).

Foi apenas após a promulgação da atual LDB que outras premissas passaram a fazer parte deste universo, trazendo novos conceitos e regulações.



A intencionalidade pedagógica consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas.
BNCC (BRASIL, 2017, p. 36)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais que os alunos devem ter ao longo da educação básica. Para a etapa da educação infantil, a BNCC define direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças – brincar, conviver, participar, expressar, explorar e conhecer-se – que precisam estar presentes no cotidiano escolar, garantindo objetivos de aprendizagem e desenvolvimento contidos nos campos de experiências – o Eu, o Outro e o Nós; Traços, Cores e Sons; Corpo, Gestos e Movimentos; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, Tempo, Relações e Transformações.

A BNCC também define os três grupos etários da educação infantil:⁶



bebês

(até 1 ano e 6 meses)



crianças bem pequenas

(de 1 ano e 7 meses
até 3 anos e 11 meses)



crianças pequenas

(de 4 até 5 anos e
11 meses)



2

Averiguar a proposta curricular do município

A partir das normativas nacionais, os estados foram incentivados a construir os seus currículos — e aos municípios cabe adequá-los a suas realidades ou construir uma proposta própria. Para iniciar o seu trabalho em educação infantil, a prefeitura precisa, inicialmente, verificar os documentos existentes e agir para promover eventuais correções em um dos seguintes casos:



- i) existe uma proposta curricular do estado, com contextualizações para a realidade do município;
- ii) existe uma proposta curricular para a educação infantil construída pelo município, de acordo com os pressupostos da BNCC e o currículo estadual, homologada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) ou pelo Conselho Estadual de Educação, caso o município não possua CME;
- iii) não existe proposta curricular e o município não aderiu ao currículo estadual; neste caso, é urgente mobilizar a comunidade escolar para a elaboração deste documento e posterior homologação pelo CME ou pelo Conselho Estadual de Educação, caso o município não possua CME.



3



Formar uma equipe do nível central

Para orientar e acompanhar o trabalho realizado nas creches e pré-escolas, a Secretaria de Educação precisa contar com técnicos competentes, capazes de apoiar os profissionais locais e diagnosticar os pontos de fragilidade da rede que precisam de maior investimento.

Na hipótese de não existir uma proposta curricular, é esta equipe que deve guiar a mobilização da comunidade escolar e liderar os trabalhos para a elaboração do documento.

Outra de suas primeiras incumbências é verificar se existe um formulário ou documento que oriente o acompanhamento das unidades educacionais. É ele que vai guiar as avaliações (*conforme indicadas nos próximos itens*). Caso não exista, a equipe central deve elaborá-lo. Cada município tem suas peculiaridades, mas este formulário deve conter uma lista básica com os seguintes pontos:

- a) infraestrutura da unidade (envolvendo áreas comuns como pátios, refeitório e banheiros);
- b) documentos da unidade escolar – por exemplo, Projeto Político-Pedagógico (explicado um pouco mais à frente) e formulário de planejamento dos professores;
- c) número de profissionais, informando sobre carências;
- d) organização das salas das crianças;
- e) presença de livros de literatura e de brinquedos em número adequado e em boas condições;
- f) planejamento dos professores;
- g) observação de práticas e alinhamento com proposta curricular;
- h) formulários de registro e avaliação das crianças.



4

Analisar infraestrutura e ambientes

A equipe da Secretaria Municipal de Educação é responsável por acompanhar e apoiar o trabalho de creches e pré-escolas, intervindo sempre que necessário. O processo de avaliação, essencial para que se entenda onde investir e como fazê-lo, abrange três áreas (das quais falaremos neste e nos próximos dois itens): os ambientes, o trabalho pedagógico e as crianças.

A avaliação traz em si algumas questões preliminares que precisam ser respondidas pelos gestores municipais. Antes de mais nada, é preciso saber para que avaliar, como avaliar, o que avaliar e o que fazer com os resultados. Toda avaliação é um instrumento, não um fim em si mesma. Ela precisa gerar uma ação que mova a rede na direção da qualidade.



É importante avaliar os ambientes porque na educação infantil a qualidade está associada aos espaços e às experiências que eles suscitam, além das possibilidades de interações. Eles podem passar por avaliações externas. Há questionários já utilizados por outras redes de ensino, ou ainda pelo MEC, como pesquisa, que permitem aos gestores obter dados para definir como intervir em creches e pré-escolas.

O foco dessas avaliações não é a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, dado que cada uma tem um processo diferente, com tempos próprios, mas sim as oportunidades de aprendizagem que lhes são oferecidas. A meta é produzir dados para planejar a melhor forma de ampliar a qualidade da educação infantil. Tanto os gestores da Secretaria de Educação como os gestores das unidades, de posse de seus resultados específicos, devem elaborar planos e metas para a melhoria dos processos educativos.

GUIA DE AÇÕES

- i) Observar as questões relativas à organização das turmas e ao cumprimento das condições mínimas a serem asseguradas nas unidades de educação infantil, com base nos marcos legais sobre o assunto.
- ii) Examinar a edificação escolar. Os prédios destinados a esta etapa educativa devem ser diferentes dos das outras etapas. Eles precisam respeitar as especificidades da educação infantil: as crianças devem ter espaço para se desenvolver, explorando ambientes e diferentes materiais. Segundo as recomendações da Unesco, o prédio deve ser seguro e atraente em termos de seu

projeto global; deve ter funcionalidade no layout; deve dar condições para um ensino efetivo e atividades extracurriculares, em especial em áreas vulneráveis e rurais, atuando como um centro comunitário.

É necessário que a construção permita a integração entre o ambiente físico e as práticas pedagógicas, uma vez que o espaço é pedagógico. Da mesma forma, é preciso entendê-lo como um espaço social, que favoreça as interações e relações sociais. O contato com elementos da natureza é sempre desejável, favorecendo pátios e espaços abertos aliados a jardins, árvores e hortas. Na mesma medida, é importante relacionar os espaços aos contextos culturais e locais, elementos vitais para planejar a organização de tais edificações. O ideal é que a creche e a pré-escola estejam na mesma edificação, com salas amplas e arejadas.

Não é incomum encontrar turmas de educação infantil em prédios destinados ao ensino fundamental. Na medida do possível, é aconselhável organizar a rede de forma a separar as duas etapas, dadas as especificidades do trabalho pedagógico e dos interesses das crianças e professores envolvidos.

iii) Averiguar a segurança nas salas de atividades. Tanto as novas edificações como as já existentes devem passar por verificações constantes: a segurança das crianças é responsabilidade não só dos professores e gestores locais, mas fundamentalmente da gestão central. Tomadas devem estar fora do alcance das crianças, bem como fios e outras instalações elétricas. Móveis devem ser aparafusados às paredes para evitar acidentes. Pisos laváveis ajudam a manter a higiene. Portas precisam ser pensadas de forma que não permitam que as crianças prendam mãos e dedos. Parafusos precisam estar bem fixados, pois as crianças comumente levam objetos pequenos à boca.

iv) Atentar para as áreas comuns.

Verifique se os refeitórios são limpos e oferecem alimentação adequada às crianças, de acordo com verba destinada para este fim, que faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Observe se o mobiliário é adequado e se é limpo constantemente, bem como os utensílios (pratos, colheres e copos).

Os pátios podem oferecer brinquedos como balanços e gangorras, que precisam ser constantemente avaliados para que não ofereçam riscos. Nesses espaços, a preferência é para pisos como grama ou areia, evitando cimentados. Caixas de areia trazem boas possibilidades para as crianças, mas precisam ser constantemente limpas.

v) Avaliar a adequação do mobiliário à faixa etária das crianças.

Ele deve ser trocado sempre que não oferecer condições de uso. Bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas têm diferentes características e necessitam de materiais, espaços e ambientes distintos. Cabe aos gestores municipais conhecê-las, já que elas implicam a aquisição de diferentes materiais.

Para as creches, atenção especial aos berçários, que deverão ter fraldários (ambientes de higiene seguros, onde os bebês tomam banho e as trocas de fralda são efetuadas) e banheiros adaptados contíguos às salas das crianças. Os bebês também necessitam de cuidados especiais na preparação dos alimentos, o que exige que lactários (ambientes que necessitam de fogão, geladeira, micro-ondas e esterilizador) estejam disponíveis. Solários (espaço reservado para tomar sol) também são desejáveis, permitindo que as crianças tomem sol nos horários recomendados.





Observar se há espaços amplos para que os bebês explorem. Eles precisam do contato com o chão, que pode ser antiderrapante, acolchoado e lavável. Berços não são indicados, uma vez que impedem ou dificultam as interações e ocupam muito espaço.

É melhor usar camas plásticas empilháveis, de fácil higienização e armazenamento, que serão utilizadas apenas na hora do sono.

Faz sentido investir na compra de almofadas e objetos macios, compondo a ambiência desses espaços, que precisam ser complementados por livros (de pano, plástico e tradicionais), brinquedos adequados à faixa etária e materiais de exploração.

Para as crianças bem pequenas, os cuidados se repetem. Para as maiores, no entanto, como elas já têm maior autonomia, as salas podem oferecer organização por cantos de aprendizagens diversificadas. Trata-se de áreas temáticas organizadas pela sala, oferecendo a oportunidade de exploração de diferentes materiais e situações.

Alguns cantos mais frequentes e necessários são: o de brinquedos e jogos (eles ficam expostos para escolha e manipulação livre das crianças), o da leitura (livros literários, cardápios, gibis e outros materiais escritos) e o da fantasia (roupas, sapatos, fantasias, objetos do cotidiano e da cultura etc.).

Esta proposta traz algumas possibilidades importantes para a criança, como exercer seu protagonismo na escolha do que deseja fazer, ao mesmo tempo que dá significados diferentes a objetos e organização propostos. Para os professores, tal organização permite que transitem pela sala, observando as crianças e mediando situações de aprendizagem.

É preciso lembrar que as recomendações deste item, bem como a de vários outros a seguir, têm custos para a prefeitura.

ATENÇÃO AOS MURAIIS

É recomendável que os murais das unidades educativas sejam representativos da comunidade escolar e dos interesses das crianças, evitando imagens estereotipadas, como personagens de desenhos animados. Também devem dar destaque às produções das próprias crianças. E pelo menos alguns deles devem ser colocados a uma altura que facilite a visão pelas crianças.

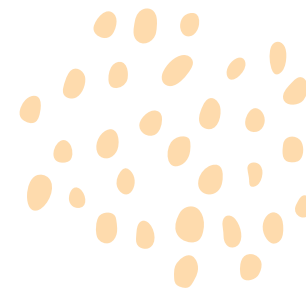
Dependem, portanto, de previsão orçamentária (*sobre este assunto, consulte o guia de Gestão e Orçamento desta coletânea*).

vi) Observar a presença de materiais nas unidades. Tudo que incentive as investigações e a curiosidade das crianças deve estar ao alcance de suas mãos. Jogos de tabuleiro e outros, como dominós, memória e encaixe são um investimento necessário, assim como letras móveis e diferentes materiais escritos. Especialmente para o grupo etário um pouco maior (4 e 5 anos), materiais que provoquem o interesse pela leitura e escrita são essenciais.

Lápis coloridos, canetas hidrocor, papéis de diferentes texturas, cores e tamanhos, tintas não tóxicas, pincéis, cavaletes, massinha, tesouras sem ponta, argila, material para pintura a dedo e demais artigos de papeleria precisam estar à disposição das crianças, sempre respeitando seus interesses e possibilidades de uso.

Materiais não estruturados, como caixas de papelão e potes plásticos, favorecem muitas brincadeiras e devem estar à disposição das crianças, respeitando as faixas etárias.

O levantamento dos materiais presentes nas unidades pode ajudar no planejamento e na distribuição das próximas compras realizadas pela Secretaria de Educação.





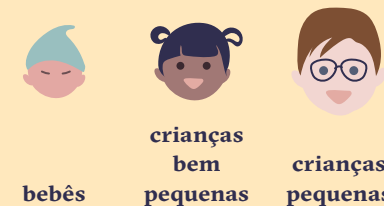
Algumas sugestões de brinquedos, para entrar no planejamento orçamentário:

Brinquedos



Quebra-cabeça de tabuleiro		✓	✓
Livros diversos (papelão, plástico, pop-up, pano...).	✓	✓	✓
Com texto e sem texto, representando o cotidiano das crianças, envolvendo os animais e valorizando a diversidade.			
Bolas de diferentes tamanhos, cores e texturas	✓	✓	✓
Caixa de formas e encaixe	✓	✓	
Tintas, papéis e lápis de diferentes cores e tipos	✓	✓	✓
	(Tintas caseiras, de preferência)		
Fantoches	✓	✓	✓
Kit para empilhar e agrupar	✓	✓	✓
Dominós		✓	✓
Blocos de construção		✓	✓
Argila de modelagem/ massinha	✓	✓	✓
	(de preferência, massinha caseira)		
Quebra-cabeça de blocos		✓	

Brinquedos



Jogo da memória		✓	✓
Brinquedos para contagem		✓	✓
Quebra-cabeça de papelão		✓	✓
			(com dez peças ou mais)
Bonecos representativos da diversidade humana	✓	✓	✓
Bichos de pano e almofadas	✓	✓	✓
Acessórios para brincadeiras (panelinhas, casinha, médico, escritório...)	✓	✓	✓
Jogos de tabuleiro diversos			✓
Brinquedos típicos da cultura local	✓	✓	✓
Instrumentos musicais	✓	✓	✓

Observações:

- + Os materiais devem ser de boa qualidade, sem peças soltas. Evite, por exemplo, bonecos com olhos de plástico, que podem se soltar, ou carrinhos com rodas soltas.
- + Tenha mais que um exemplar de cada brinquedo em cada sala, diminuindo as disputas entre as crianças.



vii) Mapear a presença de livros para todos os grupos etários. Tudo que incentive as investigações e a curiosidade das crianças deve estar ao alcance de suas mãos. Jogos de tabuleiro e outros, como dominós, memória e encaixe são um investimento necessário, assim como letras móveis e diferentes materiais escritos. Especialmente para o grupo etário um pouco maior (4 e 5 anos), materiais que provoquem o interesse pela leitura e escrita são essenciais.

Lápis coloridos, canetas hidrocor, papéis de diferentes texturas, cores e tamanhos, tintas não tóxicas, pincéis, cavaletes, massinha, tesouras sem ponta, argila, material para pintura a dedo e demais artigos de papeleria precisam estar à disposição das crianças, sempre respeitando seus interesses e possibilidades de uso.

Materiais não estruturados, como caixas de papelão e potes plásticos, favorecem muitas brincadeiras e devem estar à disposição das crianças, respeitando as faixas etárias.

O levantamento dos materiais presentes nas unidades pode ajudar no planejamento e na distribuição das próximas compras realizadas pela Secretaria de Educação.

- a) Leia o livro previamente;
- b) Observe a adequação à faixa etária das crianças;
- c) Analise o texto e veja as temáticas de interesse das crianças, ou aquelas que podem ampliar o repertório cultural, respeitando o universo infantil;
- d) Veja as ilustrações – tamanho, cores e criatividade;
- e) Observe o material utilizado – papel ou outro suporte – e verifique sua qualidade;
- f) Considere as estratégias utilizadas para surpreender as crianças, como pop-up, sons e texturas;
- g) Verifique a autoria e a editora. Busque conhecer outros títulos dos autores pesquisados;

h) Busque títulos premiados e outros indicados (Prêmio Jabuti ou Prêmio Hans Christian Andersen, por exemplo);

i) Varie as temáticas: animais, contos de fadas, lendas, fábulas, folclore, cotidiano das crianças etc.;

j) Inclua livros que abordem questões relativas à diversidade – histórias com protagonistas negros e indígenas, contos africanos, indígenas e de outras culturas, livros que falem sobre a inclusão de crianças com deficiência e questões geracionais;

k) Compre mais de um exemplar para cada turma.

Lembre-se que livros e brinquedos devem estar sempre com as crianças. É função da equipe da Secretaria de Educação orientar os gestores locais quanto a isso. Livros podem ser rasgados e brinquedos podem quebrar – são materiais com durabilidade restrita e precisam ser renovados periodicamente.

CINCO REGRAS FUNDAMENTAIS PARA OS MATERIAIS EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA:

- Objetos pequenos, que caibam em um copinho plástico de café, não devem ser usados. Há sempre o risco de serem levados à boca causarem sufocamento.
- Materiais de higiene devem estar guardados em local seguro, não acessível às crianças.
- A higiene dos brinquedos, mobiliários e espaços deve ser feita diariamente, utilizando para isso álcool 70 ou outro desinfetante que não cause intoxicação.
- Cortinas devem ser evitadas. Acumulam poeira e podem causar acidentes.
- Caso existam, os aparelhos de ar-condicionado e/ou ventiladores devem ser higienizados constantemente.





5

Organizar o trabalho pedagógico

Por determinação legal, cada unidade escolar precisa ter sua própria proposta pedagógica. Trata-se de um documento conhecido como Projeto Político-Pedagógico (PPP), que define o trabalho da escola em relação à legislação e de acordo com a proposta curricular do sistema de ensino.

Esta proposta precisa ser construída por toda a comunidade escolar (professores e demais profissionais, equipe gestora, famílias e crianças, se possível). Ela precisa identificar as culturas da comunidade escolar, diagnosticar as dificuldades do trabalho pedagógico e estabelecer metas para solucioná-las. É o momento de definir o projeto daquela instituição ante às crianças, suas famílias e à sociedade em geral.

Como já foi dito acima, o trabalho realizado na educação infantil deve ser intencional e planejado. As ações de cuidar e educar são indissociáveis e presentes em todas as ações que acontecem em creches e pré-escolas. É preciso ainda considerar o papel ativo das crianças nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, através das interações e brincadeiras.

Cabe observar, portanto, que a educação infantil não deve reproduzir práticas do repertório de outras etapas nem que coloquem as crianças em situações de espera, repetição e passividade. O trabalho pedagógico precisa respeitar também as singularidades de cada criança, suas culturas e valorizar a diversidade humana, abrangendo questões raciais, de gênero e geracionais.

GUIA DE AÇÕES

- i) Assegurar que estas diretrizes estejam claras para toda a rede e que cada unidade tenha seu PPP.
- ii) Escolher os instrumentos para avaliação do trabalho pedagógico. Entre as escalas disponíveis para avaliar os ambientes de aprendizagem, há o MELE, módulo que faz parte do *Measuring Early Learning Quality Outcomes* (Medindo resultados de qualidade no ensino infantil, MELQO), já traduzido e validado para uso no Brasil. São 22 itens que podem ser avaliados com pontuações de 1 a 4, a partir de observação externa⁷. Há também iniciativas brasileiras para a elaboração de escalas, como as do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – [CAED/UFJF](#).
- iii) Investir na formação continuada dos professores. A medida está prevista na [legislação](#) e requer profissionais específicos para este fim. A formação poderá contar com a colaboração de agentes externos (universidades e fundações, por exemplo) e ser feita de forma presencial, remota ou híbrida, de acordo com as possibilidades de cada sistema de ensino. Seu conteúdo deverá estar de acordo com as necessidades da rede, respeitando os documentos norteadores.

[7] Um guia sobre a metodologia está disponível neste [link](#) ou [aqui](#).



Os cursos de atualização e formação continuada são essenciais na educação infantil, especialmente na creche, cuja especificidade do trabalho é recente e não há garantia de que os cursos de formação tenham abordado a temática.

iv) Criar estratégias de aproximação com as famílias. Não é possível conhecer a criança sem envolver aqueles com quem ela convive. A ação educativa é complementar às das famílias. Embora essas estratégias ocorram nas instituições, elas precisam ser pautadas pela Secretaria de Educação. Podem ser planejadas datas ou eventos especiais para que as famílias conheçam os espaços das creches e pré-escolas, os profissionais e as metas das instituições, ou para que vivenciem um dia de atividades. Outra boa opção é promover encontros para prestação de contas e da execução da proposta pedagógica.



E A ALFABETIZAÇÃO?

Um dos maiores desafios enfrentados pelos gestores é a pressão, cada vez maior, pelo início formal da alfabetização na educação infantil. É importante que o gestor municipal se posicione em relação à comunidade escolar, fortalecendo as concepções e ações dos professores.

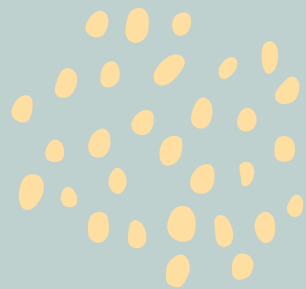
A pressão pela alfabetização precoce não está amparada na lei. O artigo 30 da LDB (Lei nº 9.394/96) determina que a avaliação não poderá ter como foco a promoção de crianças, nem como critério de acesso ao ensino fundamental. Ou seja, a alfabetização não é condição para o acesso ao ensino fundamental (para tal, basta ter 6 anos completos até 31 de março do respectivo ano letivo).

A Resolução nº 5 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 17 de dezembro de 2009, também afirma, no artigo 11, que a passagem para o ensino fundamental deve ocorrer “sem a antecipação de conteúdos”. A BNCC determina que a alfabetização ocorrerá nos dois primeiros anos do ensino fundamental.

No entanto, o fato de ela não ser um objetivo final da educação infantil não implica a ausência de investimentos na aprendizagem da leitura e da escrita. Os processos relacionados ao acesso à língua escrita se iniciam na oralidade. As crianças aprendem a falar ao se relacionarem com outros adultos e crianças falantes, escutando e também falando. Este início desencadeia processos de ampliação de pensamento a cada nova palavra conhecida, o que faz com que a criança mergulhe em novas possibilidades imaginativas, que levantem hipóteses sobre tudo que as cercam, incluindo textos, palavras, números e quantidades.

A escrita e a leitura são elementos fundamentais, presentes cotidianamente, seja em suportes estruturados para este fim, como livros e revistas, seja em outdoors, embalagens de produtos diversos e mesmo em propagandas veiculadas na TV ou em outros suportes digitais.

Assim, leitura e escrita aparecem nas práticas da creche e da pré-escola, mas inseridas no significado de seus usos, criando uma relação cotidiana e prazerosa entre as crianças e os momentos de leitura e de escrita.



6

Promover a avaliação do desenvolvimento das crianças

Em primeiro lugar, as crianças têm de ser avaliadas nas próprias unidades educativas, por meio da ação cotidiana dos professores. Não se trata de fazer seleção, promoção nem classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, mas sim de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças, conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil. Isso é feito por meio de diversos registros, em diferentes momentos, tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos).

Cabe à Secretaria de Educação promover estudos e sistematizações que ajudarão os professores a cumprir esta tarefa.

Trata-se, então, de verificar se os professores estão observando e registrando os avanços das crianças. Não com a aplicação de testes ou provas, mas no dia a dia, nas situações de brincadeiras, conversas, explorações e interações. A equipe do nível central poderá ajudar a rede a construir formulários de registro dessas informações, que respeitem:

- a) a singularidade de cada criança – seus ritmos, suas preferências e sua história;
- b) as propostas realizadas para o grupamento e sua relação com o PPP da unidade e com a Proposta Curricular;
- c) os espaços, ambientes e tempos com os quais as crianças interagem.

Formulários do tipo *checklist* (listas com objetivos predeterminados, nas quais os professores assinalam a opção que melhor se adapta a cada criança – sim, ainda não ou nunca) não são os mais indicados, pois não dão conta de revelar os processos e avanços particulares das crianças.⁸

Por outro lado, uma avaliação das crianças também pode ser realizada diretamente pela Secretaria de Educação, através de modelos que contemplem a especificidade do trabalho.

Cabe à equipe central discutir essas temáticas e pensar nas formas e na periodicidade de organização das informações. É sua função ainda orientar para o diálogo com as famílias sobre as trajetórias das crianças.

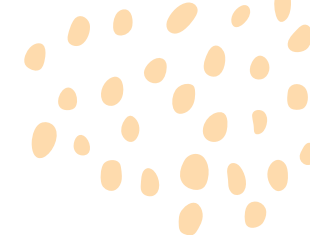
[8] Alguns materiais de apoio para a construção dos formulários podem ser obtidos nestes links: www.grisnetwork.org, e www.ersdata.com – (Branagh Information Group) para obter informações sobre um sistema informatizado de coleta de dados



7

Organizar a gestão das unidades

Cada unidade escolar deve ter um gestor, que será o elo entre os profissionais locais e o nível central. Ele precisa ser hábil em relacionamentos interpessoais, conhecedor da legislação e, fundamentalmente, conhecedor do trabalho pedagógico a ser realizado. Suas tarefas são de cunho administrativo e pedagógico. O modelo de gestão democrática, determinado na LDB, aponta para a necessária ação do gestor na articulação entre toda a comunidade escolar.



Para compartilhar responsabilidades, é aconselhável contar também com um profissional específico para liderar questões da prática pedagógica – o coordenador pedagógico, a quem cabe apoiar os professores em suas ações e acompanhar os planejamentos pautados na proposta e currículo da escola. Ele precisa ser um líder articulador, buscando harmonizar a equipe e o trabalho por ela realizado.

GUIA DE AÇÕES

i) Estabeleça com os coordenadores pedagógicos as condições estruturais para que os professores se encontrem, planejem e estudem em suas atividades extraclasse. Esses momentos de partilha (com estudos de caso, debates teóricos e metodológicos ou discussões sobre o cotidiano escolar) são fundamentais para a melhoria do trabalho e para investimento na formação em serviço.

Caso este profissional não exista no quadro funcional, é recomendável ampliar o quadro funcional para que as escolas contem com este apoio.

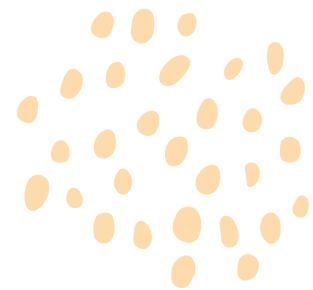
ii) Assegure-se de que as propostas pedagógicas de cada instituição tenham sido revistas em 2019, conforme estabelecido pelas mudanças curriculares da BNCC. Caso isso não tenha ocorrido, apoie a revisão ou a elaboração deste documento.



Planejar com cuidado as transições

Os momentos de transição — a entrada na creche, a passagem para a pré-escola, a chegada ao ensino fundamental — podem gerar angústia e ansiedade nas crianças, famílias e professores.

Este momento pede acolhimento e uma organização que dê tempo para que todos se acomodem à nova situação. A equipe da Secretaria de Educação pode organizar calendários e pensar em redução de horários nas primeiras semanas, bem como incentivar a presença constante de um familiar, a fim de ajudar as crianças a construir uma relação positiva com a escola.



Da mesma forma, a orientação do trabalho das unidades, de acordo com a proposta curricular do município, permitirá uma transição mais suave e a continuação das situações de aprendizagem e desenvolvimento.

A transição para o ensino fundamental é mais delicada, uma vez que envolve profissionais de duas etapas diferentes, com objetivos e finalidades próprias. Ela exige que os processos de continuidade sejam cuidadosamente planejados, envolvendo os profissionais de ambas as etapas, valorizando os aspectos lúdicos nas atividades propostas. Assim, conhecer o trabalho realizado pela pré-escola é uma oportunidade de entender as experiências e aprendizagens construídas pelas crianças para ampliá-las.

GUIA DE AÇÕES

i) Orientar a equipe para elaborar projetos e propostas de encontros entre os profissionais, relação entre escolas e outras alternativas que facilitem a integração das etapas, de forma a manter a continuidade dos processos de aprendizagem das crianças. Cabe ao ensino fundamental garantir o entendimento de que a ludicidade, as brincadeiras e interações são essenciais para a continuidade das aprendizagens.



Os primeiros passos pela primeira infância – Educação Infantil

faz parte de uma série que tem por objetivo auxiliar gestores municipais na garantia dos direitos das crianças na primeira infância. Foi produzido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Direitos e permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citadas a fonte e a autoria.

Sugestão de citação

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021) Os primeiros passos pela primeira infância <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>

Realização

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal <https://www.fmcsv.org.br>

CEO

Mariana Luz

Diretora de Relações Institucionais

Heloísa Oliveira

Diretor de Operações

Leonardo Hoçoya

Diretor de Conhecimento Aplicado

Eduardo Marino

Diretora de Comunicação

Paula Perim

Gerente de Comunicação

Ana Carolina Vidal Guedes

Gerentes de Conhecimento Aplicado

Beatriz Abuchaim

Marina Fragata Chicaro

PMO

Bethânia Alves

Analista de Relações Institucionais

Larissa Araújo Santos

Analista de Comunicação

Nathalia Florêncio

Consultora técnica

Elisa Altafim

Especialistas para elaboração da publicação

Alexandra Brentani (Parentalidade)

Ana Flávia Flôres (Gestão e

Orçamento)

Cleuza Repulho (Educação Infantil)

Cristina Kiomi (Gestão e Orçamento)

Gilvani Pereira Grangeiro (Parentalidade)

Márcia Gil (Educação Infantil)

Sônia Venancio (Saúde)

Wieland Silberschneider (Gestão e

Orçamento)

Da obra

Coordenação Editorial

David Cohen

Revisão

Mauro de Barros/BN

Projeto gráfico e editoração

The Infographic Company

Ilustrações

Anna Luiza Oliveira/The Infographic

Company



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

Saiba mais em:

www.primeirainfanciaprimeiro.org.br